

Resenha de livro

VESCHAMBRE, Vincent. *Traces et mémoires urbaines: enjeux sociaux de la patrimonialisation et de la démolition*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008. 315 p. ISBN 9782753506121.

Publicado em 2008, o livro *Traces et mémoires urbaines: enjeux sociaux de la patrimonialisation et de la démolition* é o resultado das pesquisas desenvolvidas por Vincent Veschambre. Neste trabalho, ele debate conceitos e apresenta estudos de casos para compreender as estratégias de apropriação do espaço por diferentes grupos sociais através da memória e do patrimônio.

O autor fundamenta seu trabalho nos processos de *marcação* [*Marquage*] do espaço, utilizados por grupos sociais para produzir apropriações simbólicas do espaço. Segundo o autor, esse processo ocorre através da criação de *marcas* ou pela produção de *traços*, vestígios de um momento passado. Para o autor, esses dois processos vão ser realizados, normalmente, a partir das ações de patrimonialização e de demolição, onde a primeira cria marcas e vincula determinado espaço a um grupo, enquanto a segunda apaga a presença e a lembrança de um grupo em determinado espaço. Para Veschambre, esses aspectos já foram bastantes trabalhados por historiadores, sociólogos, filósofos, arquitetos, restando ainda à geografia apresentar contribuições de uma abordagem espacial sobre o tema.

Além de uma introdução e conclusão geral, o livro está organizado em três partes, cada uma com uma introdução e conclusão específicas: a primeira parte é destinada as ações de patrimonialização; na segunda parte as reflexões utilizam ações de demolição de diferentes atores como exemplo da criação de *traços*; a terceira parte é destinada aos processos de produção da memória. Na introdução geral, Veschambre considera que a apropriação simbólica do espaço possibilita a ascensão a um recurso pela produção e usos de símbolos dotados de uma eficácia social e política, destinados a significar que determinado espaço, lugar ou objeto está vinculado a um grupo, a uma instituição ou a um poder. Nesse sentido, o espaço geográfico é visto pelo autor como um recurso finito que os grupos sociais se apropriam através da criação de marcas (inscrições, grafismos, moda, produção arquitetônica) e da transformação dos traços em novas marcas.

Na introdução da primeira parte, intitulada de *patrimonialisation, marquage et appropriation symbolique de l'espace*, é destacado que a renovação da noção patrimonial não representou apenas uma extensão tipológica ou cronológica da categoria, como tratam diversos autores (Choay, 2006), mas significou uma extensão espacial que vai além da difusão do patrimônio em uma escala planetária. Neste sentido, ocorreu uma expansão espacial das normas de salvaguarda, que passaram da proteção do monumento histórico isolado à preservação de áreas, setores de salvaguarda e até mesmo de paisagens. Em função dessas mudanças, o campo do patrimônio tornou-se objeto de interesse dos geógrafos, preocupados em analisar os diferentes processos de *patrimonialização*.

No capítulo 1 da primeira parte, são apresentados os estudos de caso do autor, todos localizados em diferentes regiões francesas e representando distintos elementos

patrimoniais. Esses lugares fornecem os exemplos de mobilizações e dinâmicas sociais importantes para o autor pensar como a patrimonialização representa uma estratégia de apropriação simbólica do espaço por diferentes grupos em conflito. As estratégias ocorrem através de modificações na própria noção patrimonial, que permite a participação de novos atores, novas classes sociais e novas escalas de gestão no processo de reconhecimento dos bens. O autor se aproxima das reflexões de Pierre Bourdieu (2010) ao considerar que o patrimônio representa uma forma de capital econômico (pelos usos turísticos, por exemplo), de capital cultural (pela possibilidade de ganho de conhecimento formal através do processo de patrimonialização), de capital simbólico (pela apropriação/construção identitária ao bem), e também uma forma de capital social (ampliado durante as mobilizações pelo reconhecimento de um bem).

No segundo capítulo da primeira parte, Veschambre observa em seus estudos de caso a gentrificação de um centro histórico francês. O exemplo foi observado pelo autor através das transformações sociais e culturais dos habitantes, bem como nas modificações dos tipos de comércios e de serviços no bairro em questão. No segundo estudo de caso, o autor analisa os conflitos de poder produzidos pelas mobilizações políticas para o reconhecimento de um conjunto arquitetônico moderno e de um sítio industrial. Em ambos os casos, a patrimonialização se constituiu como um suporte privilegiado para a participação social e funcionou como alavanca para contestar decisões políticas, contribuindo para a democracia através da formalização de espaços públicos de debate.

A segunda parte do livro, intitulada *Démolition: effacement des traces, expropriation et déni de mémoire*, conta com três capítulos, além de uma introdução e conclusão próprias. Nessa parte, o autor busca inverter o ponto de vista, focalizando a reflexão nas demolições, seus significados e seus impactos sociais. Para ele, trabalhar sobre a patrimonialização é também se deparar com a demolição, que da mesma forma representa uma escolha realizada por grupos sociais para marcar sua presença no espaço e apagar a presença de outros grupos.

O primeiro capítulo da segunda parte analisa as demolições realizadas em tempos de conflitos armados e das modificações bruscas de regime político. Através dos exemplos já bastante analisados por aqueles que estudam o patrimônio, como a destruição dos *Budas de Bâmiyan* no Afeganistão e os impactos causados pela guerra da Iugoslávia aos bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial (Castriotra, 2009), ou com novos exemplos para esse campo, como as destruições causadas após a mudança de regime em Berlim pós-queda do muro e em Bucareste após o regime soviético, Veschambre mostra como a demolição de elementos também possibilita a apropriação do espaço por um grupo social e a desvinculação de outro grupo.

Esses exemplos permitem definir o processo como um apagamento das marcas por um poder que deseja estabelecer uma nova ordem e servem para ilustrar a violência simbólica presente em todas as demolições, inclusive aquelas que podem parecer mais banais, como os grandes conjuntos habitacionais e vestígios industriais da região noroeste da França, que vão ser analisadas no segundo e terceiro capítulo dessa segunda parte. Assim, a partir dos exemplos apresentados, é possível observar como as demolições de traços habitacionais e industriais, justificadas muitas vezes em racionalidades técnicas

e econômicas, são realizadas por escolhas políticas que buscam apagar determinadas memórias e construir novas.

A terceira e última parte do trabalho de Veschambre é pautada na pergunta que confere título à seção: *Comment faire mémoire après les destructions et les démolitions?* A grande questão posta pelo autor é se a transmissão da memória pode ser feita apesar do apagamento dos *traços*, ou seja, é possível transmitir uma memória que não está inscrita no espaço? A análise sobre essa questão vai ser pautada nas ações de *mise en mémoire* dos campos de concentração de Belzec e Auschwitz-Bikernau, na Polônia, e do campo de “interdição” para ciganos de Montreuil-Bellay, construído na França durante o regime de Vichy. Veschambre identifica estratégias distintas de estabelecimento de lugares de memória para esses três campos: para o primeiro campo, completamente destruído pelos alemães para evitar sua descoberta, as ações de memória foram pautadas na construção de monumentos e acordos internacionais; para o segundo campo, celebrações destinadas aos judeus do mundo todo estabeleceram aquele lugar como guardião da memória do sofrimento de um grupo cultural. Já o terceiro campo representa uma memória vergonhosa para a França e sua valorização passou não apenas pela construção de monumentos de celebração no local das ruínas do campo pelo Estado, mas pela criação de uma associação local voltada a evitar a destruição dos *traços* restantes e valorizar o lugar.

No último capítulo do texto, Veschambre chama atenção para o grupo dos excluídos ou das histórias dos dominados. Aplicado a este grupo, a problemática da construção da memória está sempre relacionada a dois aspectos maiores: 1) as produções culturais desses grupos não são normalmente pautadas por obras que são mantidas no espaço e 2) quando determinados *traços* permanecem no espaço eles são na verdade uma imposição das elites locais, causando problemas de identificação para os grupos em relação ao espaço. O autor apresenta o caso de construção da memória das classes sociais mais pobres na França, mostrando que as estratégias utilizadas para marcar o espaço são pautadas na formalização das moradias e ocupação de lugares de visibilidade, além da construção de movimentos políticos nacionais. Como mostra a construção da memória dos moradores da antiga *bidonville* de Noisy-le-Grand, a memória é construída pela ocupação dos espaços centrais e de prestígio nacional, que reivindicam o estabelecimento de monumentos e datas comemorativas para *marcar* o espaço e o tempo da nação. Podemos então pensar que, para determinados grupos, a construção de “espaços políticos” (Castro, 2012) torna-se a principal estratégia para garantir sua marcação no espaço.

O livro de Vincent Veschambre se apoia em três temas importantes para a organização e apropriação do espaço no contexto atual, analisados ainda de forma tímida pela geografia. Patrimonialização, demolição e construção da memória são ações presentes no cotidiano das sociedades modernas, normalmente utilizados como um recurso de ampliação do capital cultural, econômico, social e simbólico dos grupos sociais.

Assim, apesar do livro focar em casos franceses, uma tradução para o português poderia contribuir e muito para as reflexões da geografia brasileira sobre estas temáticas. Primeiro, pela ainda recente abordagem espacial desses processos por parte dos geógrafos brasileiros. Segundo, por trazer exemplos que podem auxiliar as análises locais dos diferentes bens protegidos como patrimônio nacional; da construção da memória das fa-

Dirceu Rogério Cadena de Melo Filho

velas ou dos antigos espaços industriais; ou pela análise das demolições e reconstruções realizadas ao longo da última década do país.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CASTRIOTA, L. B. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. Belo Horizonte: leds, 2009. 379 p.

CASTRO, I. E. de. O espaço político: limites e possibilidades do conceito. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. *Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 43-72, 2012.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2006. 282 p.

Dirceu Rogério Cadena de Melo Filho¹
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

¹ Doutorado e Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia. dirceucadena@gmail.com